



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A LUTA POR MORADIA: TECENDO FIOS DE SABERES NO COTIDIANO DA COMUNIDADE CARLOS MARIGHELLA

SÂMBARA PAULA FRANCELINO¹

RAFAELA PARACAMPOS TEIXEIRA²

ANA LUZIA VIANA SOUZA³

RESUMO

Ao descrever a experiência do projeto de extensão "Tecendo fios de saberes no cotidiano da Comunidade Carlos Marighella", o texto articula uma análise crítica da questão urbana em um contexto de desigualdade social e econômica. Enfoca os desafios da luta por moradia, reportando-se à resistência na Comunidade Carlos Marighella, em Fortaleza-CE, destacando, o caráter da extensão universitária nesse contexto.

Palavras chave: Extensão, Luta, Moradia.

ABSTRACT

In describing the experience of the extension project "Weaving threads of knowledge in the daily life of the Carlos Marighella Community", the text articulates a critical analysis of the urban question in a context of social and economic inequality. It focuses on the challenges of the struggle for housing, referring to the resistance in the Carlos Marighella Community, in Fortaleza-CE, highlighting the character of university extension in this context.

Keywords: Extension, Struggle, Housing.

Introdução

Este texto discute a experiência de extensão da Universidade Estadual do Ceará (UECE) por meio do projeto "Tecendo Fios de Saberes no Cotidiano da Comunidade Carlos Marighella".

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará

³ Universidade Estadual do Ceará

Essa comunidade surgiu em 2020, durante o auge da pandemia de COVID-19, quando várias famílias, impossibilitadas de arcar com o aluguel em decorrência das dificuldades econômicas, decidiram ocupar um terreno sem função social no bairro Mondubim, em Fortaleza-CE.

Após extensa jornada na luta pelo direito à moradia, as 85 famílias que participaram da ocupação conseguiram conquistar um terreno próximo ao que haviam inicialmente ocupado. Ainda residem, no entanto, em barracos de lona e continuam lutando pela construção de suas casas. Apesar dos esforços do poder público, representado pela Secretaria de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR, para garantir o direito à moradia, o processo é lento e incerto, exacerbado pelo intensivo interesse da especulação imobiliária na área conquistada.

Em tempos de renovação das promessas neoliberais, que proclamam um horizonte de desenvolvimento econômico com justiça social, mas aprofundam a “financeirização” e a globalização do capital, as cidades se tornam não apenas espaços de reprodução da força de trabalho, mas também grandes negócios para o capital (Maricato, 2013, p. 20). Nesses espaços, as marcas da pobreza, miséria, intolerância e injustiça são evidentes, relegando os segmentos sociais mais vulneráveis a áreas segregadas, expressando as múltiplas facetas da chamada questão urbana. Esta, uma particularidade da questão social, reflete a distribuição desigual das atividades humanas na organização socioespacial da produção e reprodução do capital. Além disso, a questão urbana, também, representa uma modalidade de resistência e luta entre as classes sociais que compõem a estrutura social nas cidades (Burnett, 2012; Silva, 1989).

A Constituição Federal de 1988, embora com algumas contradições, prevê uma sociedade democrática que atenda aos anseios por justiça social da população brasileira, combinando medidas que garantam direitos sociais e participação popular. Mesmo dentro dos marcos do capitalismo, essa democracia liberal requer novos arranjos federativos, tanto em termos de poderes de decisão entre as unidades federadas quanto na transferência de recursos da União para estados e municípios.

Mesmo com esse marco legal, no entanto, a efetivação das necessidades sociais da classe trabalhadora ainda enfrenta grandes obstáculos dentro do Estado capitalista. No contexto do capitalismo contemporâneo, que avança no desmonte do Estado de direitos, a implementação de políticas urbanas se torna cada vez mais distante de uma efetivação universal



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que possibilite a distribuição justa da riqueza socialmente produzida. Essa distribuição manifesta-se na oferta de moradias adequadas, nos serviços de saneamento e infraestrutura, na qualidade do transporte coletivo e na mobilidade urbana, bem como na disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos que respondam à diversidade da sociedade, independentemente de etnia, idade, orientação sexual, religião ou capacidades. Desse modo, a luta por moradia é central para enfrentar as desigualdades sociais.

O projeto de extensão da UECE- Universidade Estadual do Ceará acompanha de perto a luta dos moradores da Comunidade Carlos Marighella, desenvolvendo ações socioeducativas que visam a fortalecer a organização comunitária e ampliar a compreensão dos problemas enfrentados no cotidiano. Essas ações são especialmente focadas nas mulheres que lideram as mobilizações, levando em consideração a singularidade de suas necessidades

A questão urbana e a luta por moradia

A luta por moradia é um tema central em muitas sociedades contemporâneas, refletindo não apenas a necessidade básica de abrigo, mas, também, a demanda por dignidade e acesso aos direitos fundamentais. Em um mundo onde a urbanização avança rapidamente, milhares de pessoas enfrentam o desafio de encontrar um lar que seja seguro, acessível e ofereça condições adequadas de vida.

As cidades, frequentemente divisadas como centros de oportunidades, também revelam contradições. Ao mesmo tempo em que atraem migrantes à demanda de melhores condições, muitas delas carecem de políticas públicas efetivas que assegurem moradia digna para todos os seus habitantes. Favelas e ocupações urbanas proliferam, revelando contexto de extrema desigualdade e aprofundamento da pobreza e miséria em grande parte da população das cidades. Em expressas circunstâncias, a luta por moradia se torna um grito de resistência e uma necessidade urgente.

Nada é muito diferente daquilo que já analisava Friedrich Engels acerca da moradia, quando exprime que

Todos esses focos de epidemia, esses buracos e sótãos imundos, nos quais o modo de produção capitalista encerra nossos operários, noite após noite, não são solucionados, mas somente... transferidos. A mesma necessidade econômica que os fizera nascer em um lugar, os reproduz mais adiante; e enquanto existir o modo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de produção capitalista será um absurdo pretender resolver isoladamente o problema da habitação ou qualquer outra questão social que afete a sorte do operário. (2015, p. 161)

Movimentos sociais, organizações não governamentais e coletivos de moradores mobilizam-se, com ampla recorrência, para reivindicar o direito à moradia. Essas iniciativas tencionam, não apenas, a construção de habitações, mas também o reconhecimento de que a moradia é um direito humano. O acesso à residência adequada está intrinsecamente ligado à saúde, à educação e ao emprego, e sua precariedade é suscetível de perpetuar ciclos de pobreza e levar, cada vez mais, ao agravamento da questão social.

Além do aspecto material, a luta por moradia também envolve aspectos culturais e identitários. Muitas comunidades, à extensão dos anos, desenvolveram laços afetivos e uma rica identidade em seus bairros, tornando a moradia um símbolo de pertencimento. A urbanização desordenada e as políticas de remoção ameaçam essas histórias e tradições, dando azo a tensões e conflitos.

Em suma, a luta por uma residência transcende a simples procura por um teto. Ela é uma reivindicação por justiça social, um passo fundamental para a construção de cidades mais justas e humanas. Assim é que, para Ermínia Maricato,

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas - transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social (2013, p.20).

Ela, entretanto, não é apenas reprodução da força de trabalho - acentua, ainda, a autora - pois, também, constitui um produto para o capital.⁴

A cidade constitui um grande patrimônio construído histórica e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem o preço devido aos seus atributos. Isso tem a ver também com a disputa pelos fundos públicos e sua distribuição (localização) no espaço (*Ibidem*, p.20).

⁴ As ideias aqui apontadas por Ermínia Maricato são encontradas, também, em Henri Lefebvre e David Harvey, entre outros.

A luta por moradia no contexto da segregação urbana em uma sociedade capitalista é algo complexo e multifacetado, que reflete a dinâmica das desigualdades sociais e econômicas.

Em muitos centros urbanos, o crescimento das cidades e a especulação imobiliária ensejam uma segregação espacial acentuada, onde distintas classes sociais habitam áreas distantes e isoladas umas das outras. Essa realidade é particularmente evidente em metrópoles, onde a riqueza e a pobreza coexistem lado a lado, mas em condições sobradamente desiguais.

A demanda por moradia digna é um direito fundamental e uma necessidade básica de todas as pessoas. Numa sociedade capitalista, entretanto, onde o lucro muitas vezes se sobrepõe às necessidades sociais, o acesso à moradia adequada torna-se um desafio significativo para as populações de baixa renda. A “gentrificação”, que ocorre quando áreas urbanas deterioradas são revitalizadas, muitas vezes, resulta na expulsão de seus habitantes originais, que não têm mais condições de arcar com os preços inflacionados dos aluguéis e dos imóveis.

Demais disso, as políticas habitacionais, frequentemente, falham em atender às necessidades das classes mais desfavorecidas. Programas de habitação social, muitas vezes, são insuficientes ou mal implementados, e as comunidades marginalizadas se veem obrigadas a lutar por seus direitos. Movimentos sociais emergem, organizando-se para reivindicar moradia acessível, contestando a urbanização elitista e propondo opções sustentáveis e inclusivas.

Esses movimentos de luta por moradia não se limitam apenas à conquista de espaços físicos, mas, também, intentam por justiça econômica e social. Eles abordam assuntos como o racismo estrutural, a desigualdade de gênero e a exclusão social, reconhecendo que a moradia está intrinsecamente ligada a uma série de outras questões sociais.

Em suma, a luta por moradia em um contexto de segregação urbana capitalista é uma batalha por direitos, dignidade e inclusão. Para construir cidades mais justas e equitativas, é essencial que a matéria **moradia** seja tratada como prioridade, com políticas que promovam a igualdade de acesso e que respeitem a diversidade das comunidades urbanas. Este é um desafio coletivo a exigir ampliação do conhecimento e fortalecimento da organização política dos diversos segmentos da classe trabalhadora.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As ocupações urbanas são um fenômeno que reflete as profundas desigualdades sociais e políticas que permeiam a sociedade atual, especialmente em países com grandes disparidades econômicas. Essas ocupações são ocorrentes em terrenos vazios, prédios abandonados ou em áreas consideradas improdutivas, frequentemente como uma resposta direta à falta de moradia adequada e à segregação espacial.

Comunidade Carlos Marighella: história de resistência pelo direito ao teto

A Comunidade Carlos Marighella foi formada por um grupo de famílias da periferia de Fortaleza-CE, que, em razão da crise provocada pela pandemia de COVID-19, perdeu a capacidade de pagar aluguel. Em 8 de junho de 2020, essas 85 famílias ocuparam um terreno vazio no bairro Mondubim, na Capital cearense, com vistas a uma solução habitacional, haja vista a falta de moradias adequadas. Essas famílias, inseridas em um contexto de desigualdade social, econômica e patriarcal, carregam histórias de vida diversas e enfrentam distintas modalidades de opressão e exploração. Hoje, elas detêm uma experiência comunitária de luta e resistência em defesa de uma moradia digna.

A empresa AKASA, de Fortaleza, que se apresentou como proprietária do terreno, realizou várias intimidações com apoio policial e, após uma assembleia com a comunidade, propôs doar outro terreno às famílias. Esse acordo, contudo, não foi cumprido. Depois de mais de dois meses de ocupação, a empresa entrou com um processo de reintegração de posse. Inicialmente, a juíza responsável negou a liminar de despejo, mas, logo após, o juiz substituto reverteu a decisão, deixando a comunidade sob ameaça de remoção, por meses.

Graças à organização e à resistência das famílias, os "supostos proprietários" foram pressionados por escritórios de Direitos Humanos a assumir o compromisso de não interferir mais na ocupação, suspendendo qualquer atividade de cercamento, demarcação de terras, obras ou intimidações aos moradores.

A função social da propriedade, prevista na Constituição Federal brasileira, estabelece que toda propriedade, seja rural ou urbana, deve ter um uso que beneficie a sociedade, como moradia. Terrenos e prédios vazios, mantidos para especulação imobiliária, não cumprem essa função social e apenas seguem a lógica de espoliação do capital. Os trabalhadores sem teto que ocupam essas propriedades fazem por exigir o cumprimento da função social da terra e reivindicar seu direito constitucional à moradia digna.

As famílias da ocupação receberam ordem de despejo por cinco vezes e conseguiram suspender por força da pressão com o apoio de advogados e parlamentares representantes dos movimentos sociais e defesa dos direitos humanos. Também resistiram à ameaça e à violência policial por meio da vigilância e barricadas coletivas, com apoio de várias organizações de luta.

Em razão das constantes omissões e promessas não cumpridas pelo poder público, os moradores, junto com assessorias técnicas, elaboraram o Plano Emergencial de Negociações para a Ocupação Carlos Marighella. Este plano continha proposta habitacional viável e de qualidade, alinhada com as demandas dos próprios moradores. Com a ocorrência dessa investida, realizou-se uma audiência pública na Secretaria de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) – da Prefeitura de Fortaleza - e na Secretaria das Cidades, do Estado do Ceará, porém, ainda sem resolubilidade.

Com vistas ao atendimento de suas reivindicações, as 85 famílias da Ocupação Carlos Marighella serviram-se da sede do Diretório Estadual do PDT em Fortaleza. Após seis meses de luta pelo direito à moradia, enfrentando ataques da empresa e da polícia militar, adiando cinco vezes a ação de despejo e participando de várias audiências com órgãos municipais e estaduais, as famílias decidiram agir, exigindo uma audiência com o então dirigente-mor da PMF, prefeito Roberto Cláudio, e o então futuro prefeito, José Sarto, ambos do PDT. Com a ordem de despejo prevista para 11 de dezembro, as famílias questionavam a legalidade dessa decisão, uma vez que o terreno estava abandonado há mais de 30 anos. Por necessidade, ocuparam o espaço para construir suas moradias e assegurar o direito a um teto.

Em reunião com representantes da Ocupação Carlos Marighella, ainda com a sede do PDT ocupada, o prefeito Roberto Cláudio se comprometeu a conceder um terreno público para a construção de moradias populares. No dia 16 de dezembro, a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou o Projeto de Lei nº 313/2020, que destinou um terreno público municipal às 85 famílias da Ocupação Carlos Marighella. A lei prevê a construção de Habitação de Interesse Social, que poderia ser realizada pelo Município em parceria com entidades sem fins lucrativos.

Em 19 de dezembro, as famílias da Comunidade Carlos Marighella se transferiram para o novo terreno, assegurado pela Prefeitura e aprovado na Câmara Municipal, localizado na rua Água Marinha, no Mondubim, próximo ao lugar original da ocupação. Como ato simbólico e em compromisso com a defesa da natureza, as crianças da comunidade plantaram mudas no novo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

espaço.

Atualmente, quatro anos depois da conquista do terreno, ainda vivendo em barracos improvisados, as famílias da Comunidade Carlos Marighella continuam lutando pela construção de suas habitações, entendendo que a luta por moradia vai além da conquista da casa própria, porquanto é também pela garantia de condições de habitabilidade na implementação de políticas públicas para assegurar o atendimento das necessidades integrais da classe trabalhadora. Várias organizações políticas e movimentos sociais, como Organização Popular - OPA, Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil - FOB, Escritório Frei Tito, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Projeto Taramela, da Universidade Federal do Ceará - Assessoria Técnica de Arquitetos Populares e Coletivo Escalar, têm acompanhado e apoiado essa luta.

O plano inicial era construir um residencial por meio de um mutirão autogerido pelas 85 famílias, promovendo a autogestão mediante uma construção participativa, configurando um modelo específico que atenda às demandas da Comunidade Carlos Marighella. O desenrolar das negociações, entretanto, caminhou para incorporar a ocupação no programa “Minha Casa Minha Vida” e, no momento, as famílias se encontram em decurso de cadastramento para receber o “aluguel social” e, com isso, se retirar dos barracos, para, de acordo com o compromisso firmado por meio da Habitafor, iniciar a edificação das casas.

A extensão universitária “Tecendo fios de saberes no cotidiano da Comunidade Carlos Marighella”

A extensão universitária é uma importante vertente da educação superior que visa a promover a interação da Universidade com a Sociedade, por meio da aplicação do conhecimento acadêmico a serviço da comunidade. Conforma uma atividade complementar à pesquisa e ao ensino, com o propósito de estabelecer uma ponte entre a Academia e a Sociedade em geral.

Por meio da extensão universitária, os estudantes têm a oportunidade de colocar na prática o conhecimento adquirido em sala de aula, por via de projetos e ações que visam a atender às demandas e necessidades da população. Essas atividades abrangem diversas áreas do conhecimento, como saúde, educação, meio ambiente, cultura, entre outras.

Além de fornecer uma formação mais completa e integrada aos estudantes, a extensão universitária também contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas. Mediante projetos de extensão, é possível contribuir na promoção da melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo da mais subalternizada.

Os benefícios da extensão universitária estendem-se, não apenas, aos estudantes e à comunidade, mas, também, ao corpo docente e aos técnicos-administrativos e às próprias instituições de ensino superior, que fortalecem sua relação com a Sociedade e ampliam a possibilidade de cumprir sua função social em produzir e disseminar conhecimento.

Em resumo, a extensão universitária desempenha função indescartável na formação dos estudantes, na promoção do desenvolvimento social e na integração entre a Universidade e a Comunidade. Com efeito, é compreendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de modo indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (FORPROEX, 2012).

Por intermédio da extensão universitária, a Universidade se posiciona como um agente ativo na perspectiva da transformação social, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional. Essas atividades materializam-se em projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outras iniciativas que visam a atender às demandas da comunidade, promovendo possibilidades de reflexão e atuação de pessoas como sujeitos de elaboração de opções para melhoramento das suas condições de vida.

Além de beneficiar a sociedade, a extensão universitária também é uma oportunidade valiosa para os próprios estudantes, que têm a chance de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolver habilidades e competências, ampliar sua visão de mundo e contribuir para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Especialmente para estudantes do curso de Serviço Social, na extensão desenvolvida no espaço da comunidade e das lutas populares, encontra-se um campo fértil de saberes e aprendizados, bem assim de possibilidades para o exercício de práticas educativas.

A extensão universitária, por conseguinte, compõe um alicerce de formação acadêmica, que estimula a participação dos estudantes na comunidade, fortalece a relação entre a Universidade e a Sociedade e promove um ensino mais contextualizado e significativo.

Em espaços como esses é que, para as autoras Cardoso e Lopes, encontram-se possibilidades de atuação pedagógica junto às organizações da classe trabalhadora, entre as quais têm destaque:

1) a participação no desenvolvimento de propostas de formação político-organizativa, que possibilite a essas classes a apreensão crítica das contradições econômicas e político-ideológicas inerentes às sociedades capitalistas; a criação de formas próprias de reprodução e de resistência no enfrentamento cotidiano com os interesses das classes adversárias e a construção de formas de superação da opressão por estas classes; 2) desenvolvimento de propostas eminentemente educativas de fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e de processos de constituição ideológica das classes subalternas na luta pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e de toda humanidade (2009, p. 471).

Nessa perspectiva é que se tenciona, por meio do projeto de extensão intitulado “Tecendo fios de saberes no cotidiano da Comunidade Carlos Marighella”, desenvolver atividades pedagógicas orientadas para compreensão e desvelamento das desigualdades sociais. Com isso, o escopo é contribuir para a formulação de estratégias coletivas que viabilizem o enfrentamento dos problemas vivenciados por aquelas famílias, especialmente pelas mulheres que conduzem inúmeras batalhas.

Desse modo, o projeto em tela tem como objetivo promover o intercâmbio de saberes entre a Universidade e as moradoras da Comunidade Carlos Marighella, direcionado para o fortalecimento da organização política coletiva e autonomia das mulheres, por meio de ações e discussões que envolvam problemas do cotidiano, da luta por moradia, em sua integralidade, bem como das opressões de gênero em suas diversas dimensões.

Com esse desiderato, o projeto atua com vistas a promover debates, minicursos e oficinas sobre questões que afetam o cotidiano das mulheres, como: habitação, trabalho, combate à violência contra mulher, autonomia reprodutiva, saúde da mulher, saúde mental, meio ambiente, educação, entre outras. Também intenta possibilitar ações com orientações técnico-profissionais de variadas áreas dos diversos cursos de graduação e pós-graduação da UECE, que visam a incentivar atitudes das mulheres para ampliação e qualificação dos espaços coletivos; e, ainda, colaborar com ações que estejam dirigidas para a afirmação da autonomia e protagonismo das femininas.

A proposta consiste numa abordagem dialógica que envolve mediadores da ação extensionista e sujeitos da Comunidade Carlos Marighella, privilegiando a reflexão/ação/reflexão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que visem ao fortalecimento da autonomia das mulheres e dos espaços coletivos. As atividades são direcionadas às mulheres, considerando as questões que atingem e afligem a realidade feminina. Não exclui, contudo, o público masculino, pois, ao contrário, a participação dos homens também será importante, considerando que a superação dessa modalidade de opressão de gênero depende da alteração no comportamento masculino. Os encontros e oficinas de orientação técnico-profissional são realizados de maneira dialogada e com materiais ilustrativos, como dinâmicas, cartazes, vivências, demonstrações, exposições em audiovisual - vídeos informativos, documentários, filmes e outros. Essas atividades constituem-se de modo intercalado, monitoradas por meio de reuniões semanais entre coordenadora, bolsistas e colaboradores. Semestralmente, se vai realizar rodas de conversa na Universidade.

Considerações Finais

As ocupações urbanas na sociedade atual simbolizam a resistência a um modelo urbano que prioriza o lucro em detrimento da vida. Representam a demanda por dignidade e autonomia, bem como expressam um espaço de pertencimento. À medida que as cidades submergem às pressões de uma urbanização acelerada, compreender e abordar as causas das ocupações se torna imprescindível para o enfrentamento. O problema habitacional requer o fortalecimento da organização popular na luta por uma cidade igual para todos. A Universidade, por intermédio da extensão, está habilitada a promover espaço de reflexão que aponte caminhos e construa pontes para avançar na perspectiva dessa organização e, nesse sentido, é que se tenciona atuar com o projeto de extensão denominado “**Tecendo fios de saberes na Comunidade Carlos Marighella**”.

A organização popular e a ocupação urbana estão interligadas e refletem a luta de comunidades por direitos, moradia e espaço na Cidade. A organização popular refere-se ao processo em que grupos de pessoas se mobilizam para reivindicar melhores condições de vida, justiça social e participação nas decisões que afetam suas vidas. Essa mobilização é frequentemente observada em áreas urbanas, onde a desigualdade social e a falta de infraestrutura adequada são questões predominantes.

As ocupações urbanas, por sua vez, constituem uma modalidade de resistência e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reivindicação habitacional. Elas ocorrem quando grupos, muitas vezes de baixa renda, ocupam terrenos ou edifícios abandonados, visando à criação de moradia e à luta contra a especulação imobiliária. Esses movimentos ocupacionais não significam, apenas, uma resposta à falta de moradia, mas também constituem uma afirmação do direito à cidade, onde todos devem experimentar a oportunidade de viver em um espaço urbano acessível e digno.

A organização popular nas ocupações urbanas, frequentemente, envolve a formação de associações, comitês e cooperativas. Essas entidades querem, não apenas, garantir a moradia, mas, também, tencionam promover a educação, a saúde e a cultura dentro das comunidades. Demais disso, a luta pelo reconhecimento e os direitos legais, com recorrência, conduz à negociação com o poder público, para a regularização das ocupações e a implementação de políticas que atendam às necessidades dos moradores.

Esses movimentos enfrentam muitos desafios, incluindo a criminalização da luta por moradia e a resistência de setores do poder público e privado. A organização popular e as ocupações urbanas, no entanto, são fundamentais para consolidar uma sociedade mais justa, onde todos tenham acesso a um lar e à dignidade. Mediante a solidariedade, a luta coletiva e a peleja por opções, essas comunidades se tornam protagonistas na transformação de suas realidades e na reivindicação por uma cidade com igualdade.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. *In*: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.

BURNETT F. L. SILVA, J. B. V. da. O Espaço da Ciência e da Técnica da Urbanização de Assentamentos Precários: Uma análise da gestão do Pac Rio Anil em São Luís, Maranhão. *in* **Anais** Seminário URBFAVELAS, São Paulo, 2014.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a Questão da Moradia**. Tradução de Nélio Schneider. São

Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FORPROEX, 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5 ed. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p.24.262

MILANO, Joana Zattoni. Aluguel Social no Brasil: algumas reflexões sobre a ideologia da casa própria. *In: Anais*: Encontros Nacionais da ANPUR. Volume 15, 2013.

ROLNIK, Raquel. “Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes”. *In: Revista eletrônica e-metropolis*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, ano II, n. 5, junho de 2011, p.37-42.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. **A propriedade e a posse**: um confronto em torno da função social. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.